



Destaque Rural Nº 227

17 de Abril de 2023

AUMENTAR A PRODUÇÃO OU CONSERVAR E GERIR AS PESCARIAS!? O GRANDE DILEMA

Nelson Capaina

RESUMO

Existem três eixos de acção que concorrem para o aumento da produtividade e produção e a gestão dos recursos pesqueiros: *a)* criação de mecanismos de co-gestão, através de grupos locais de pescadores; *b)* empoderamento das comunidades locais, por via de mecanismos de poupança e crédito rotativo; e, *c)* desenvolvimento de actividades alternativas à pesca de extracção natural, como a aquacultura.

Este texto pretende mostrar como estes três eixos, nas modalidades em que eles surgiram e se desenvolveram, não tiveram uma conectividade que fosse permitir um crescimento daquele que é referido como principal alvo nas políticas públicas – o pequeno pescador e sua família. Ou seja, a implementação de iniciativas para responder à produção e princípios de gestão de recursos através dos três eixos seguiram um curso em que não se alterou a base elementar do pescador.

1. INTRODUÇÃO

Na história da humanidade, a produção pesqueira foi organizada em diversas formas segundo as necessidades e as condições específicas. O produtor directo foi gradualmente separado das condições naturais da produção, tornando-se uma mão-de-obra remunerável¹. E, como consequência, encontram-se nas mesmas áreas, os pescadores artesanais e os armadores industriais².

Como resultado, foi aumentando o declínio dos volumes de pescado³ com valor comercial. Para elevar as capturas, os pescadores optam por práticas que vão desde o incumprimento das normas⁴ que regulam as artes, a malhagem e técnicas a usar, tamanho das espécies a capturar, os períodos e as áreas permitidos, até aos conflitos entre eles. Estas práticas irregulares são favorecidas pelas deficiências nas instituições públicas responsáveis pela administração e fiscalização das actividades.

1. Diegues, A. (1983). Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. São Paulo, Ática.

2. Maldonado, S. (1986) Pescadores do mar. São Paulo, Ática.

3. Sachs, J. (2009). Commonwealth: um novo modelo para a economia mundial. 1ª ed. Lisboa, Casa das Letras.

4. Aqui consideram-se as normas formais e as consuetudinárias nas próprias comunidades.

A pesca artesanal é o principal contribuinte para a produção do sector pesqueiro em Moçambique⁵. No entanto, este facto tem o seu lado perverso: quanto mais excedentes produzidos por este subsector entram nas estatísticas oficiais, tanto maior a sua dependência relativamente ao ingresso de mais pessoas – pescadores, processadores, comerciantes – e, através destes, aumentam as unidades de pesca (UP) com variadas artes de pesca⁶.

Para o ano 2023, o governo prevê a captura de 476 mil toneladas, sendo 444 mil (93%) de pesca artesanal e 8 mil toneladas da aquacultura, das quais 4 682 toneladas, ou cerca de 59%, são esperadas na aquacultura de pequena escala⁷. Entre as artes de pesca, a rede de arrasto tem, até hoje, maior peso nas capturas da pesca artesanal, sendo precisamente esta a arte que se pretende eliminar, substituindo-a por outras, até 2023⁸. Trata-se de uma medida de conservação e gestão dos recursos pesqueiros que, no entanto, levanta a questão: como se vai chegar à produção pretendida?

Algumas experiências sugerem que uma maneira de conservar os recursos pesqueiros é buscar formas de reduzir a dependência da pesca, diversificando os meios de subsistência, através de outras actividades, como o ecoturismo e a aquacultura⁹. Por outro lado, a partir de fundos acumulados através dos grupos locais de poupança, pode-se criar capital financeiro que, se usado em iniciativas produtivas, pode minimizar os impactos de pressão da pesca local. Este exercício tem sido realizado em Moçambique.

Este texto debruça-se sobre a gestão de recursos naturais (pesqueiros) tendo como base três eixos essenciais: co-gestão, mecanismos locais de poupança e crédito, e prática da aquacultura, como alternativa ou complemento à pesca extractiva. Afirma-se que não houve condições para esta abordagem prevalecer; o que remete para algumas zonas de penumbra sobre a praticabilidade das pretensões governamentais. O mesmo resulta de trabalhos de pesquisa realizados pelo autor no âmbito de estudos de mestrado e doutoramento.

⁵. Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas (2020). Estatísticas da pesca e aquacultura. Maputo, MIMAIP. Documento em versão electrónica. Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas (s/d). Boletim estatístico da pesca e aquacultura 2006-2017. Maputo, MIMAIP. República de Moçambique. Plano Económico e Social e Orçamento do Estado 2023.

⁶. Os Censos de Pesca Artesanal, realizados num intervalo de cinco anos, têm mostrado esta realidade. Assim, em 2007 existiam cerca de 350 mil pessoas entre pescadores sem barco, tripulantes e outros profissionais de apoio. Em 2012, este número passou para cerca de 400 mil pessoas.

⁷. República de Moçambique. Plano Económico e Social e Orçamento do Estado 2023.

⁸. Conselho de Ministros: Decreto nº 89/2020. Aprova o Regulamento da Pesca Marítima (REPMAR) e revoga o Decreto nº 43/2003.

⁹. Ver <https://blueventures.org/pt/apoiando-comunidades-na-%C3%81frica-Oriental-com-abordagens-de-co-gest%C3%A3o-para-a-pesca-2/>.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1. Co-gestão

A co-gestão é uma das características de uma governação descentralizada, neste caso de recursos pesqueiros, realizada mediante acordos regulatórios institucionalizados e num ambiente de responsabilidade, partilhada entre os pescadores, a administração pública, a sociedade civil e outros actores-chave, com a finalidade de realizar um aproveitamento sustentável dos recursos, balanceando-o com as necessidades socioeconómicas das comunidades locais¹⁰.

Na pesca moçambicana, entende-se a co-gestão como acordos de parceria estabelecidos, principalmente entre as instituições governamentais e as comunidades locais que praticam a pesca¹¹, organizadas, para o efeito, em Conselhos Comunitários de Pesca (CCP). Tal pressupõe que outras organizações podem realizar estes acordos com as comunidades, salvaguardando os interesses governamentais para a preservação dos recursos. Para tal, entende-se que é necessário que haja um mecanismo de parceria entre os diferentes intervenientes e de gestão sustentável das pescarias.

O modelo de gestão participativa prossegue os seguintes objectivos¹²: *a)* garantir uma gestão responsável das pescarias; *b)* assegurar o direito de acesso à pescaria pelas comunidades pesqueiras tendo em vista a protecção e a promoção do seu bem-estar; *c)* promover a participação das comunidades pesqueiras na planificação e aplicação das medidas de ordenamento pesqueiro; *d)* fomentar actividades de formação através da extensão pesqueira; *e)* criar um ambiente favorável à coexistência de pescadores artesanais, armadores de pesca semi-industrial e de pesca industrial.

2.2. Empoderamento por via de poupança e crédito rotativo

As reformas socioeconómicas dos anos 80 levaram à extinção de infra-estruturas, como os Combinados Pesqueiros (CP) e Postos de Apoio e Compra (PAC), sendo necessário que o Estado adoptasse outra abordagem para os pescadores artesanais, equacionando-se o apoio a estes pela criação de organizações de base comunitária, nomeadamente de grupos de poupança e crédito rotativo (PCR)¹³.

Os grupos PCR são informalmente constituídos com o objectivo de facilitar o acesso a recursos financeiros pelos seus membros que, geralmente, são de fraca literacia escolar, têm baixa renda e possuem pouca acessibilidade ao sistema financeiro formal. Os membros são também caracterizados por, geralmente, viverem na zona rural ou periurbana, realizarem actividades com carácter informal, realizarem produção em pequena escala e com baixa integração nos mercados.

¹⁰. Ver <http://www.comprometidosconelmar.com/uploads/4477938895a7c999568006.pdf>.

¹¹. Ver <https://www.fao.org/fishery/en/global-search?q=16625%20en&lang=en>.

¹². Governo de Moçambique. Decreto nº 43/2003, de 10 de Dezembro. Regulamento Geral da Pesca Marítima. Artigo 15.

¹³. Ver <http://www.mozpesca.gov.mz/minpesca>.

Por terem sido considerados veículos de financiamento para o desenvolvimento de pequenos negócios, estes grupos foram rapidamente implantados pelo Instituto de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala (IDPPE), através de organizações subcontratadas no âmbito de projectos de desenvolvimento da pesca de pequena escala, ou de intervenção directa desta instituição. Através da criação destes grupos, pretendia-se aumentar e diversificar a disponibilidade de serviços financeiros, de forma a incentivar, no seio das comunidades pesqueiras, a cultura de poupança e dinamizar a realização de actividades geradoras de renda fora da pesca.

2.3. Aquacultura

Nos princípios de 2000, devido a restrições ambientais do sector pesqueiro na extracção natural, o governo decidiu por mudanças estruturais, através do fomento da aquacultura como meio de garantia de sustentabilidade da expansão no longo prazo¹⁴, envolvendo operadores nacionais e outros operadores de grande escala.

Na aquacultura foram definidas as seguintes categorias: *artesanal*, a efectuada com carácter local, pelas comunidades locais ou pessoas singulares nacionais, através de sistemas extensivos de produção e podendo produzir excedentes para comercialização; e *industrial*, aquela que é efectuada com carácter comercial, com uso de meios mecânicos de cultivo¹⁵.

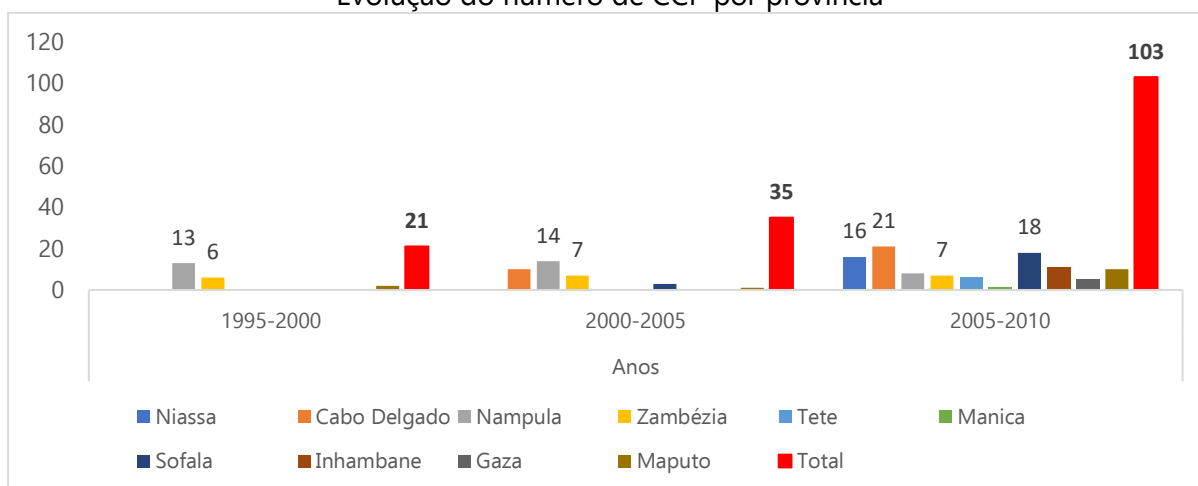
3. ALGUMAS EVIDÊNCIAS

O gráfico 1 refere-se à evolução numérica dos CCP por províncias, entre 1995 e 2010. O mesmo indica que as províncias de Nampula, Zambézia e Maputo iniciaram o processo de criação de CCP nos anos 90. A província de Nampula teve mais grupos entre 1995 e 2000 (13 CCP) e 2000 e 2005 (14). Entre 2005 e 2010, foram criados 21 grupos em Cabo Delgado, 18 em Sofala, e 16 em Niassa. Na Zambézia observou-se uma constituição quase uniforme, seis CCP entre 1995 e 2000, sete no período seguinte e outros sete entre 2005 e 2010.

¹⁴. Governo de Moçambique (2001). Plano de acção para a redução da pobreza absoluta, 2001-2005 (PARPA I). Maputo, GovM.

¹⁵. Governo de Moçambique. Decreto nº 35/2001. Aprova o Regulamento Geral da Aquacultura. As definições contemplam também outras duas áreas, a aquacultura de experimental e a de investigação.

Gráfico 1.
Evolução do número de CCP por província



Fonte: elaborado a partir da base de dados do IDEPA.

Embora os CCP fossem criados para terem, como uma das suas responsabilidades, a gestão da zona sob sua "jurisdição"¹⁶, eles tiveram dificuldades em se articularem coerentemente com outras entidades e organizações – geralmente limitando-se à sua ligação "umbilical" com a instituição que esteve na sua formação. A criação de um enquadramento favorável ao seu funcionamento que, para além da legislação e regulamentação, adoptasse formas de incentivos, quase não aconteceu.

Estas organizações de base comunitária (OBC), embora não reconhecidas legalmente, careciam da autorização do ministro que superintende a área das pescas para desenvolver as suas actividades, mediante pedido formal contendo os respectivos estatutos. Estes deveriam incluir a designação do CCP, a zona de actuação, as formas de estruturação, os mecanismos de seu envolvimento no controlo das medidas de conservação e gestão das pescarias, a protecção do meio marinho, a participação na fiscalização da pesca e no cumprimento da legislação sectorial, e demais regulamentação aplicável¹⁷.

No entanto, observaram-se diferentes estratégias de criação e implantação devido, em parte, à ausência de um instrumento orientador para a sua estrutura orgânica, deveres e direitos. O primeiro modelo de Estatutos-Tipo dos CCP, visando harmonizar os pedidos que eram instruídos pelas autoridades provinciais da administração pesqueira, foi formalmente aprovado só em 2006¹⁸. Mas a criação dos grupos levantou uma questão jurídica – não eram formalmente reconhecidos pelas entidades governamentais aos níveis locais.

¹⁶. Governo de Moçambique. Decreto nº 43/2003.

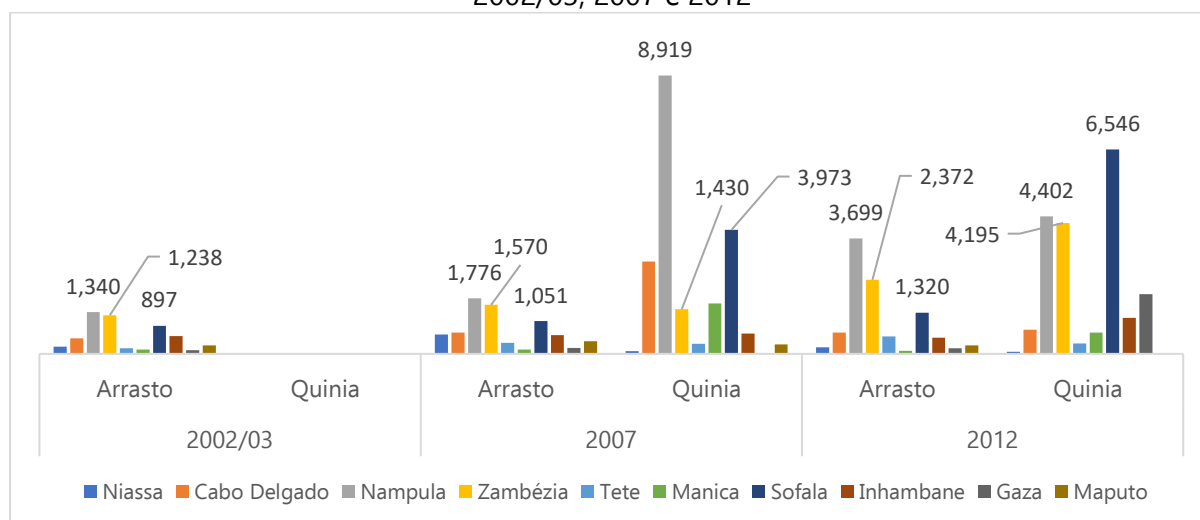
¹⁷. Governo de Moçambique. Decreto nº 43/2003.... artigo 19.

¹⁸. Ver Ministério das Pescas. Direcção Nacional de Administração Pesqueira. Aviso. Boletim da República. III Série. 5 de Julho de 2006.

Um dos critérios para avaliar o desempenho dos CCP consiste na observação da evolução (aumento e/ou redução) das artes de pesca, particularmente insustentáveis e/ou nocivas. O gráfico 2 mostra a distribuição por província do uso das artes de arrasto e quinia¹⁹ desde 2002. A arte de arrasto aumentou em 80%. Nos anos de que se tem informação estatística (2007 e 2012)²⁰, a arte de quinia parece ter observado uma ligeira redução, em cerca de 1%.

Desagregando os dados por província, verifica-se que nas três principais províncias, em termos de produção pesqueira e com intervenções de projectos de desenvolvimento, houve, regra geral, aumento do número de artes insustentáveis ou nocivas (à excepção da quinia em Nampula); nomeadamente: em Nampula o arrasto teve um aumento de 119%, enquanto a quinia reduziu em 49%; na Zambézia, o arrasto aumentou em 92%, e as artes de quinia cresceram em 167%; e, em Sofala, as artes de arrasto aumentaram em 42%, a quinia cresceu em 86%.

Gráfico 2.
Evolução do número de artes de arrasto e quinia, por província, os anos 2002/03, 2007 e 2012



Fonte: IDPPE (2004); IDPPE (2009); IDPPE (2013).

Os aumentos, principalmente nas artes de quinia, levantam alguma preocupação relativamente à gestão dos recursos pesqueiros. Como mostrado no gráfico 1, este cenário ocorre precisamente nas províncias onde foi implantado um maior número de CCP. Esse aspecto pode estar relacionado com a presença, generalizada, de proprietários de UP de redes de arrasto nas lideranças dos CCP.

¹⁹. Geralmente, estas artes consistem numa rede formada por panos de malha pequena e/ou finas (normalmente redes mosquiteiras ou, no caso particular do arrasto, de sacos usados na agricultura).

²⁰. No Censo de Pesca de 2002/03 a quinia foi incluída na categoria de **Outras** artes não convencionais. Com o seu aumento e expansão territorial, tornou-se necessária sua contagem e registo de forma separada.

Quanto aos mecanismos de poupança e crédito rotativo (PCR), até finais de 2010, existiam cerca de 491²¹ grupos de PCR. Para a poupança, os membros reúnem-se regularmente, semanal, quinzenal ou mensalmente, conforme acordado. Os grupos funcionam com base num regulamento interno escrito, com cadernetas (uma do grupo e outra individual), onde cada operação de poupança e crédito de cada membro é anotada.

Para além da natureza e objectivos da organização promotora, os níveis locais de literacia, os contextos económicos e as oportunidades da comunidade em que um determinado grupo se encontra, influenciam os montantes que são poupados por cada membro do grupo, podendo os montantes ser fixos ou variáveis (quadro 1), em cada ocasião que o grupo se reúne para o efeito.

Quadro 1.

Número de membros de grupos, periodicidade e valor de poupança, por província e distrito.

Província	Distrito	Localidade/aldeia	Nome do grupo	Número de membros			Valor e periodicidade de poupança	
				Homens	Mulheres	Total	Valor (em MZN)	Periodicidade
Niassa	Lago	Sanjala	Thithandizane	2	28	30	20,00	semanal
		Seli	Coragem das Mulheres	0	30	30	20,00	semanal
Cabo Delgado	Palma	Palma-sede	Athu Sana	3	10	13	20,00	semanal
		Olumbe	Mungano	9	0	9	10,00	semanal
	Ibo	Ibo-sede	Moyo M'moja	13	8	21	10,00	semanal
			Quissiquine	0	13	13	10,00	semanal
	Mecúfi	Natuco	Hoteca	5	5	10	10,00	semanal
Namuera			5	12	17	20,00	mensal	
Nampula	Memba	Simuco	Orera Simuco	15	2	17	variável	semanal
		Baixo Pinda	Watana Wepana	25	0	25	5,00	semanal
	Ilha de Moçamb.	Ilha cidade	União faz a força 1	8	22	30	variável	semanal
			Wiwana	5	25	30	variável	semanal
	Larde	Mavela	Okhala wa Mulaponi	20	12	32	15,00	semanal
		Mahaca	Ophavela Mahaca	16	10	26	5,00	semanal
Tete	Cahora Bassa	Nhacapiriri	Tacomedia emboque	23	5	28	100,00	semanal
			Chitucuco de Camanga	15	2	17	100,00	semanal
	Magoé	Daque	Wacula Nhamussua	9	8	17	50,00	semanal
			Chigwirizano de Cazewe	13	9	22	50,00	semanal
Sofala	Muanza	Maquilimane	Maquilimane 1	20	0	20	variável	mensal
		Sambazoo	Sambazoo 1	15	0	15	variável	mensal
	Beira	Macúti	4 de Outubro	42	29	71	variável	mensal
			20 de Junho	27	21	48	variável	mensal
	Búzi	Matamba	Matamba 1	18	12	30	variável	mensal
Massanzane		Massanzane 2	12	18	30	variável	mensal	
Inhambane	Govuro	Josina Machel	Apago	19	7	26	variável	semanal
		Matasse	Amucoma	13	17	30	variável	semanal
	Vilankulo	Mondego	Kuzwanana 1	12	18	30	variável	semanal
			Kuzwanana 2	10	35	45	variável	semanal
Maputo	Maputo	Ka Tembe	Incassane	18	6	24	variável	semanal
		Ka Nyaka	Phuka Nhaca	0	18	18	variável	semanal

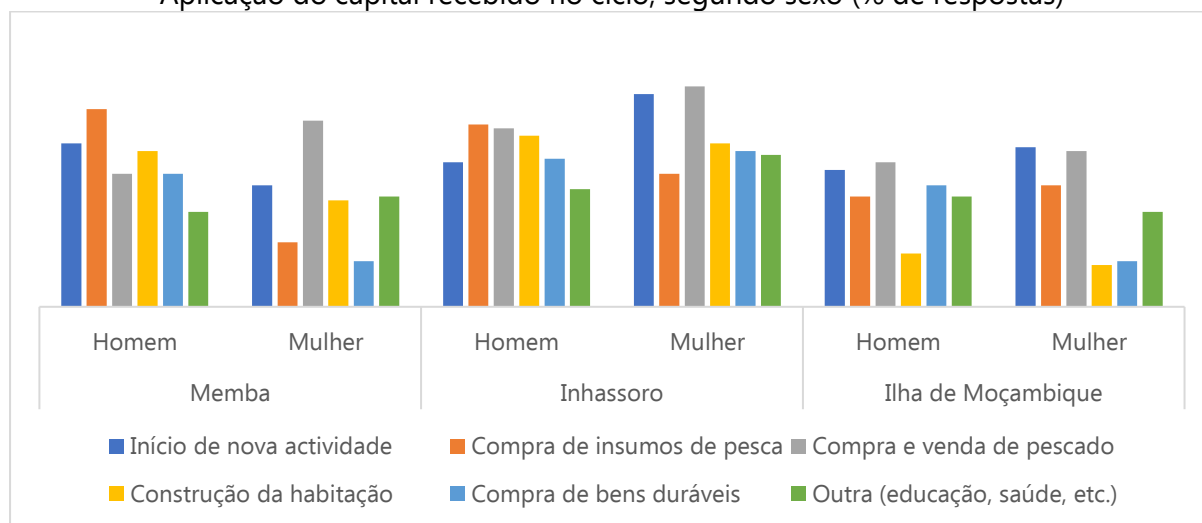
Fonte: elaborado a partir da base de dados do IDEPA.

O gráfico 3 apresenta informações obtidas de comunidades pesqueiras em 3 distritos costeiros. Os dados indicam que o capital recebido no final do ciclo foi, geralmente, utilizado para: comercialização de pescado, iniciar uma nova actividade, construção da habitação, e para aquisição de insumos de pesca. Por sexo, na Ilha de Moçambique e em Memba, os homens investiram mais que as mulheres. Apenas em Inhassoro as mulheres realizaram mais

²¹. Dados retirados do *Ministério das Pescas (2010). Plano Director das Pescas (2010-2019) conjugado com a do IDPPE (2011). Relatório anual de actividades 2010*. Versão revista, Maputo 03 de Novembro de 2011.

investimentos.

Gráfico 3.
Aplicação do capital recebido no ciclo, segundo sexo (% de respostas)



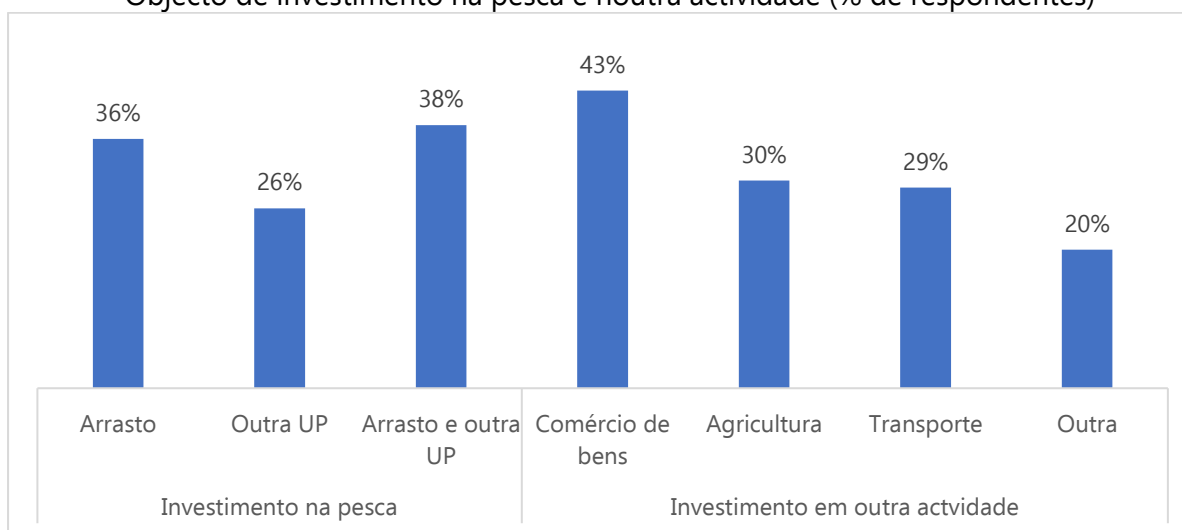
Fonte: dados de estudo.

As mulheres investiram mais na comercialização de pescado, seguindo-se o início de uma nova actividade e compra de insumos de pesca. Os homens utilizaram os recursos na aquisição de insumos de pesca, a comercialização de pescado e em novas actividades. No que tange à pesca, pese embora a preponderância dos homens no conjunto dos três distritos, deve-se destacar que, na Ilha de Moçambique, as mulheres (32%) investiram mais que os homens (29%).

Relativamente aos investimentos em concreto na área de pesca extractiva (gráfico 4), destacam-se as UP que incluem redes de arrasto e outras artes (38%), seguindo-se as que apostaram apenas na rede de arrasto (36%) e outras UP (26%). Quanto ao investimento em actividades não-pesqueiras, destaca-se a comercialização de bens de primeira necessidade, a agricultura e os transportes, nomeadamente aquisição de motorizadas para serviços de táxi e o transporte marítimo.

Gráfico 4.

Objecto de investimento na pesca e noutra actividade (% de respondentes)



Fonte: dados do estudo.

Relativamente à aquacultura, até 2010, esta foi predominantemente de pequena escala, dominada por pequenos produtores familiares e, em pequena proporção, por unidades de tipo semi-industrial, nomeadamente alguns operadores da pesca de kapenta na albufeira de Cahora Bassa, uma empresa em Quelimane e outra em Pemba. Relativamente à natureza socioeconómica da actividade, a maioria dos produtores familiares praticava a aquacultura de subsistência, sendo que poucos estavam virados para a captação de renda, à excepção dos produtores de alga (em Cabo Delgado), cujo produto era exportado. A aquacultura comercial era mais realizada nas unidades de tipo empresarial, como as empresas em Tete, Quelimane e Pemba.

Uma das formas de reduzir a dependência da pesca é a diversificação dos meios de subsistência dos pequenos produtores, sendo a aquacultura uma delas. Entende-se como diversificação, a realização, em adição à actividade primária do produtor, de uma ou mais actividades. Nas unidades empresariais, a aquacultura era praticada de forma integrada com outras actividades, como a pesca de kapenta, a agricultura e o comércio. No sector familiar, a diversificação da aquacultura variava entre a integração com a produção agrícola, com o comércio informal e/ou com a criação de animais. Não foram evidenciados casos de integração da aquacultura com a actividade de pesca de extracção natural.

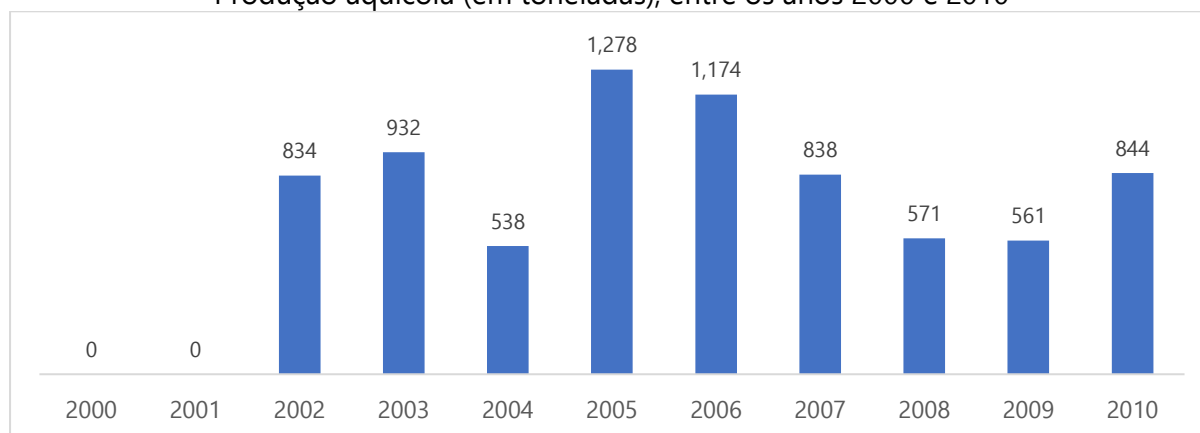
O gráfico 5 mostra a produção aquícola que registou o seu pico em 2005, quando atingiu cerca de 1 300 toneladas. A partir desse ano, foi decrescendo. Até 2010, o sector da aquacultura continuou relativamente pequeno, dominado pela produção em água doce. Os poucos empreendimentos marinhos estabelecidos para o cultivo do camarão, não tinham alcançado viabilidade financeira²². E, em 2011, surtos de doenças acabaram. Praticamente, com a produção de camarão marinho²³. Nas unidades dos pequenos produtores, as doenças

²². Benkenstein, A. (2013). Small-scale fisheries in a modernising economy: Opportunities and challenges in Mozambique. SAIIA, Governance of Africa's Resources Programme. Research Report 13.

²³. FAO (2012), The State of World Fisheries and Aquaculture 2012. Rome: FAO.

resultaram, principalmente, do inadequado maneiio dos tanques.

Gráfico 5.
Produção aquícola (em toneladas), entre os anos 2000 e 2010

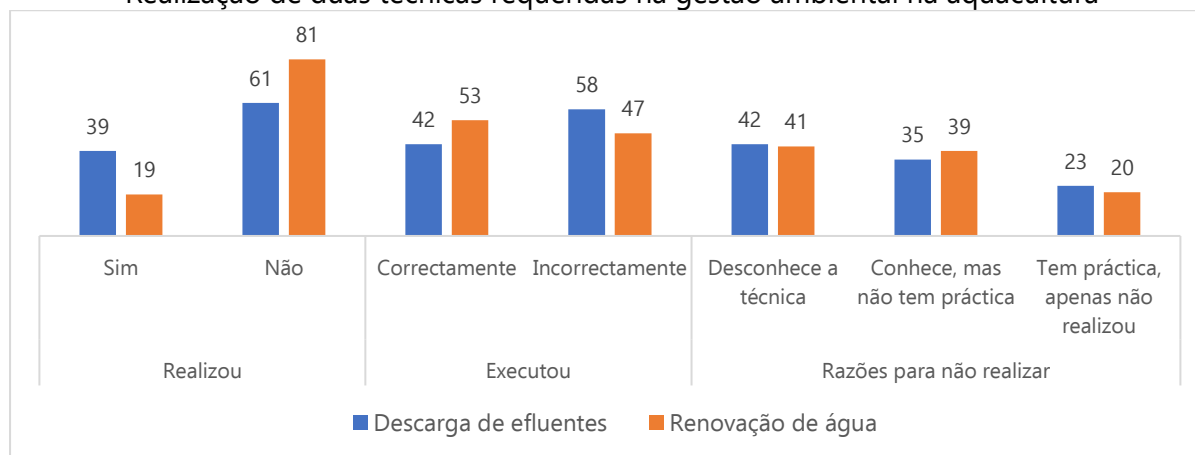


Fonte: FAO²⁴ (para os anos 2000 a 2006); MIMAIP, s/d²⁵ (para os anos 2007 a 2010).

Relativamente à gestão de resíduos sólidos, muitas das actividades relacionadas com a actividade de aquacultura não observavam as regras estabelecidas para a gestão ambiental. A descarga de efluentes, quando era realizada, não observava as normas; a concentração do peixe em gaiolas tinha, como resultado, a ocorrência de mais dejectos animais e, conseqüentemente, maior possibilidade de contaminação das águas locais.

O gráfico 6 mostra o grau de adopção, com base em duas técnicas de gestão, de tarefas concorrentes para a gestão ambiental. O mesmo indica que a maioria dos participantes de aquacultura não realizavam a renovação de água (81%), nem a descarga de efluentes (61%). Para os que realizaram algum destes requisitos, a maioria fê-lo de maneira incorrecta. Relativamente aos que não observavam, a maioria não o fez por desconhecimento técnico e falta de experiência prática.

Gráfico 6.
Realização de duas técnicas requeridas na gestão ambiental na aquacultura



Fonte: dados do estudo

²⁴ Ver http://worldfish.org/GCI/gci_assets_moz/Mozambique%20Fishery%20Overview%20-%20FAO.pdf.

²⁵ Ministério do Mar, Águas Interiores e Pesca (s/d). Boletim estatístico da pesca e aquacultura. Maputo, MIMAIP.

A maioria dos produtores realizava a actividade aquícola sem ter acesso a qualquer forma de assistência técnica. Os que receberam alguma forma de assistência, esta foi pouco intensa. Observaram-se lacunas desde a disponibilidade de insumos (alevinos, ração, fertilizantes, sementes de algas), produção, captura, colheita, processamento, conservação até à comercialização,

Outro constrangimento foi o acesso ao financiamento. A maioria dos pequenos produtores não teve acesso a empréstimo bancário para o financiamento desta actividade. Dos que receberam empréstimo formal, obtiveram-no do Fundo de Fomento Pesqueiro, seguindo-se o Fundo de Desenvolvimento Distrital. Contudo, o consumo local de pescado da aquacultura era baixo, no interior, devido ao desconhecimento de técnicas de captura e processamento de pescado, e a aspectos socioculturais, nomeadamente o consumo de pescado de águas marítimas enraizado na costa e no interior.

4. CONCLUSÃO

A gestão participativa dos recursos pesqueiros é necessária, tanto para a conservação dos ecossistemas aquáticos e fluviais, quanto para a manutenção de uma actividade de importância socioeconómica para as comunidades locais, na costa marítima ou nas águas interiores. As artes e as tecnologias de pesca maioritariamente utilizadas na pesca artesanal sugerem que ainda ocorre uma significativa pressão sobre os recursos. Sugere também que as normas de gestão pesqueira foram, na maior parte das vezes, deficientemente fiscalizadas e pouco cumpridas pelos diferentes intervenientes. Na prática, ocorreu uma responsabilidade, por vezes sobreposta, de diferentes instituições públicas, que dificultou a co-gestão, no caso, a fiscalização das actividades.

No que tange à componente de poupança e crédito rotativo, de forma geral, pode-se concluir que os investimentos da maior parte dos membros concentraram-se nas mesmas actividades tradicionalmente praticadas, o que continuou a concorrer para a sobrepesca. Quando às PCR, as mulheres eram a maioria na composição dos grupos e, com o dinheiro obtido da poupança, procuravam diversificar as suas actividades e fontes de rendimento; o investimento em redes de arrasto prevaleceu nos pescadores que faziam parte dos grupos de PCR.

Não obstante os grupos possuírem instrumentos, como o regulamento interno escrito e as cadernetas para as operações de poupança e crédito, o fraco nível de literacia dos membros fez com que as regras fossem mais transmitidas verbalmente, aumentando os riscos de conflitos. Como tal, a constituição dos grupos de PCR por sexo era mais funcional, enquanto os mistos frequentemente desagregaram-se, devido a conflitos internos relacionados com o género.

Quanto à cadeia de valor aquícola, existem grandes debilidades para os produtores, já que não foi possível lograr um adequado processo de crescimento, o que evidencia insuficiências na cadeia como um todo. Se se pretendia que o pescado da aquacultura entrasse para a dieta alimentar das famílias locais, secularmente dependentes da pesca extractiva, o desenvolvimento desta actividade tornou-se um grande desafio que leva à necessidade de

levantamentos e análises prévios que abordem a integração de diversas áreas de conhecimento, nomeadamente biológicos, ambientais e socioeconómicos. Dificilmente são observadas mudanças rápidas nos sistemas alimentares tradicionais ou costumeiros como resultado de introdução e adopção de padrões de consumo externos.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito, o Observatório do Meio Rural nem os seus parceiros ou patrocinadores

E-mail: office@omrmz.org

Endereço: Rua Faustino Vanombe, nº 81, 1º Andar.
Maputo – Moçambique
www.omrmz.org